

# <sup>ANC P6</sup> Grupo de Cabral propõe que despesas de educação e saúde passem aos Estados

BRASÍLIA — Os Governos estaduais e municipais poderão assumir total responsabilidade pela cobertura das despesas com os setores de educação e saúde. A União ficará desobrigada de destinar um percentual fixo de sua receita para custear o sistema de ensino e saúde. Esta é a principal alteração ao anteprojeto de Constituição no tocante ao sistema tributário proposta pelo grupo de constituintes que trabalha na elaboração de um esboço de substitutivo para o Relator Bernardo Cabral.

Pelo texto atual, a União seria obrigada a destinar, anualmente, "nunca menos de 18 por cento ao sistema de ensino". Ao eliminar tal exigência, o novo texto transfere a responsabilidade financeira aos Governos dos Estados e municípios, que já são responsáveis, administrativamente, pelos ensinos de primeiro e segundo graus. De acordo com a idéia, os Estados assumiriam as despesas com o segundo grau e os municípios com o pré-escolar e o primeiro grau. Não há, ainda, definição quanto ao ensino superior.

O sistema de saúde também deverá sofrer um processo de descentralização semelhante, com Estados e municípios assumindo os encargos do setor,

que hoje pertencem à União.

Essa foi a solução encontrada para as distorções que o novo sistema tributário, de acordo com a proposta em curso na Comissão de Sistematização, acarretaria no desempenho financeiro da União. Se fosse mantido o atual texto do ante-projeto, a União perderia 26 por cento da sua receita e manteria todas as atribuições vigentes. Essa situação levaria, inevitavelmente, ao aumento da carga tributária brasileira para compensar as perdas de verbas para os Estados e municípios. O problema foi objeto de articulações do Ministério da Fazenda junto aos constituintes e motivo de prolongado almoço entre Bresser Pereira e o Relator Bernardo Cabral. Na última sexta-feira, um grupo de assessores da Fazenda encaminhou à Constituinte um elenco de emendas ao substitutivo de Cabral, sugerindo a repartição das atribuições.

Na avaliação desse grupo técnico, permanece ainda o problema do empobrecimento dos municípios. As prefeituras terminam por assumir novas despesas sem a proporcional geração de receita. Já os Estados podem cobrar mais impostos.